

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

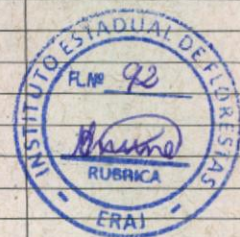
ANEXO III DO PARECER ÚNICO  
AGENDA VERDE



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SISEMA Responsável processo
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental			
1.2 Integrado a processo de AAF			
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF	14.03.00.00402/12	04/06/2012	IEF – Centro Op. Serro
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: Ingo Gustav Wender		2.2 CPF/CNPJ: 013.771.788-11	
2.3 Endereço: Rua Bernardo Guimarães, nº. 245 / 16º andar		2.4 Bairro: Funcionários	
2.5 Município: Belo Horizonte		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 30.140-080
2.8 Telefone(s): 31 – 33171000	2.9 e-mail: _____		
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: Espólio de Odilon de Moura Martins		3.2 CPF/CNPJ: 098.682.596-49	
3.3 Endereço: Fazenda do Barroso		3.4 Bairro: Zona Rural	
3.5 Município: Morro do Pilar		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 35-875-000
3.8 Telefone(s): _____	3.9 e-mail: _____		
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: Fazenda do Barroso		4.2 Área total (ha): 466:20:00 ha	
4.3 Município/Distrito: Morro do Pilar		4.4 INCRA (CCIR): 9500682957366	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 01-5733	Livro: 02 P	Folha: 204	Comarca: Conceição do Mato Dentro
4.6 Nº registro da Posse no Cartório de Notas:	Livro:	Folha:	Comarca:
4.7 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 673500 Y(7): 7871650	Datum: Sad 69	Fuso: 23 K
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: Bacia do Rio Doce			
5.2 Sub-bacia ou microbacia hidrográfica: DO3 / Rio Santo Antônio			
5.3 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está ( <input checked="" type="checkbox"/> ) não está ( <input type="checkbox"/> ) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 12)			
5.4 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: <b>raras</b> ( <input type="checkbox"/> ), <b>endêmicas</b> ( <input type="checkbox"/> ), <b>ameaçadas de extinção</b> ( <input type="checkbox"/> ); da flora: <b>raras</b> ( <input type="checkbox"/> ), <b>endêmicas</b> ( <input type="checkbox"/> ), <b>ameaçadas de extinção</b> ( <input type="checkbox"/> ) (especificado no campo 12).			
5.5 O imóvel se localiza ( <input type="checkbox"/> ) não se localiza ( <input checked="" type="checkbox"/> ) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 12).			
5.6 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, <b>45,25 %</b> do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.7 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 12).			
5.8 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
5.8.1 Caatinga			_____
5.8.2 Cerrado			_____
5.8.3 Mata Atlântica			_____
5.8.4 Ecótono (especificar):			466:20:00
5.8.5 Total			466:20:00
5.9 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
5.9.1 Área com cobertura vegetal nativa			319:94:35
5.9.1.1 Sem exploração econômica			_____
5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo			_____
5.9.2 Área com uso alternativo			143:36:73
5.9.2.1 Agricultura			_____
5.9.2.2 Pecuária			_____
5.9.2.3 Silvicultura Eucalipto			_____
5.9.2.4 Silvicultura Pinus			_____
5.9.2.5 Silvicultura Outros			_____
5.9.2.6 Mineração			_____
5.9.2.7 Assentamento			_____
5.9.2.8 Infra-estrutura			_____
5.9.2.9 Outros			02:88:92
5.9.3. Área já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo.			_____
5.9.4 Total			466:20:00

<b>5.10 Regularização da Reserva Legal – RL</b>						
<b>5.10.1 Desoneração da obrigação por doação de imóvel em Unidade de Conservação</b>						
5.10.1.1 Área de RL desonerada (ha):				5.10.1.2 Data da averbação do Termo de Desoneração:		
5.10.1.3 Nome da UC:						
<b>5.10.2 Reserva Legal no imóvel matriz</b>						
	Coordenada plana (UTM)				Fisionomia	Área (ha)
	X(6)	Y(7)	Datum	Fuso		
5.10.2.1 Bloco único						
5.10.2.2 Fragmentada	672000	7871000	Sad 69	23 k	Floresta Estacional Semidecidual	78:00:00
	673600	7872510	Sad 69	23 k	Floresta Estacional Semidecidual	08:00:00
	675000	7870850	Sad 69	23 k	Floresta Estacional Semidecidual	10:00:00
<b>5.10.2.3 Total</b>						96:00:00
<b>5.10.3 Reserva Legal em imóvel receptor</b>						
5.10.3.1 Área da RL (ha):				5.10.3.2 Data da Averbação:		
5.10.3.3 Denominação do Imóvel receptor:						
5.10.3.4 Município:				5.10.3.5 Numero cadastro no INCRA:		
5.10.3.6 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis:		Livro:	Folha:	Comarca:		
5.10.3.7 Bacia Hidrográfica:				5.10.3.8 Sub-bacia ou Microbacia:		
5.10.3.9 Bioma:				5.10.3.10 Fisionomia:		
5.10.3.11 Coordenada plana (UTM)	X(6):		Datum		Fuso	
	Y(7):					
<b>5.11 Área de Preservação Permanente (APP)</b>						<b>Área (ha)</b>
5.11.1 APP com cobertura vegetal nativa						74:11:00
5.11.2 APP com uso antrópico consolidado	ANTES da publicação da Lei Estadual nº 14.309/02		SEM alternativa técnica e locacional		06:35:00	
			COM alternativa técnica e locacional		-----	
	APÓS publicação da Lei Estadual nº 14.309/02		SEM alternativa técnica e locacional		-----	
			COM alternativa técnica e locacional		-----	
<b>5.11.3 Total</b>						80:46:00
5.11.4 Tipo de uso antrópico consolidado				Agrosilvipastoril		05:00:00
				Outro(especificar)		-----
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>						
6.1 Tipo de Intervenção		Quantidade		unid		
		Requerida	Passível de Aprovação			
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca		03:20:70	02:90:42	ha		
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca		-----	-----	ha		
6.1.3 Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa		-----	-----	ha		
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa		-----	-----	ha		
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa		-----	-----	ha		
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso		-----	-----	ha		
6.1.7 Corte árvores isoladas em meio rural (especificado no item 12)		-----	-----	un		
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)		-----	-----	un		
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)		-----	-----	ha		
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa		-----	-----	ha		
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP		-----	-----	ha		
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro		-----	-----	ha	
	Relocação		-----	-----	ha	
	Recomposição		-----	-----	ha	
	Compensação		-----	-----	ha	
	Desoneração		-----	-----	ha	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>						
7.1 Bioma/Transição entre biomas						<b>Área (ha)</b>
7.1.1 Caatinga						-----
7.1.2 Cerrado						-----
7.1.3 Mata Atlântica						-----
7.1.4 Ecótono (especificar)						02:90:42
<b>7.1.5 Total</b>						02:90:42
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias		Vegetação Primária (ha)	Vegetação Secundária			
			Inicial (ha)	Médio (ha)	Avançado (ha)	
7.2.1 Floresta ombrófila submontana						
7.2.2 Floresta ombrófila montana						

7.2.3 Floresta ombrófila alto montana			
7.2.4 Floresta estacional semidecidual submontana			
7.2.5 Floresta estacional semidecidual montana			
7.2.6 Floresta estacional decidual submontana			
7.2.7 Floresta estacional decidual montana			
7.2.8 Campo			
7.2.9 Campo rupestre			
7.2.10 Campo cerrado			
7.2.11 Cerrado			
7.2.12 Cerradão			
7.2.13 Vereda			
7.2.14 Ecótono (especificar)		02:90:42	
7.2.15 Outro (especificar)			



### 8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Corte Raso Com Destoca	Sad 69	23 K	672600	7871000
Corte Raso Com Destoca	Sad 69	23 K	675201	7871346

### 9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

9.1 Uso proposto	Especificação	Área (ha)
9.1.1 Agricultura		
9.1.2 Pecuária		
9.1.3 Silvicultura Eucalipto		
9.1.4 Silvicultura Pinus		
9.1.5 Silvicultura Outros		
9.1.6 Mineração	Abertura de acessos e praças para furos de sondagem	03:20:70
9.1.7 Assentamento		
9.1.8 Infra-estrutura		
9.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa		
9.1.10 Outro		

### 10. RESUMO DO INVENTÁRIO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA

10.1 Variáveis	Classes Diamétricas (cm)						Média/ha
	5 a 10	10 a 15	15 a 20	20 a 25	25 a 30	Acima de 30	
Número de árvores/ha							
Área basal (m²/ha)							
Volume (m³/ha)							

### 11. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

11.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade
11.1.1 Lenha	Lenha de origem nativa	30	M³
11.1.2 Carvão			
11.1.3 Torete			
11.1.4 Madeira em tora			
11.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
11.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
11.1.7 Outros			

### 11.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)

11.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	11.2.2 Diâmetro(m):	11.2.3 Altura(m):
11.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):	(dias)	
11.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):		
11.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):		

### 12. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

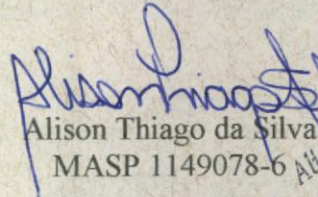
Após consulta feita ao Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, foi constatado que o imóvel está localizado em área prioritária para conservação, apresentando um percentual de 31 % Alta, 32 % Baixa, 31 % Muito Baixa e 07 % Média, durante a vistoria não foram encontradas espécies da fauna e da flora raras, endêmicas ou ameaçados de extinção, o imóvel não está localizado na área de amortecimento ou em área de entorno de Unidade de Conservação, bem como o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento é considerado Alta em 13 %, Baixa em 47 %, Muito Alta em 08 %, Muito Baixa em 06 % e Média em 29 %.

A vistoria técnica foi realizada em 05/06/2012, na Fazenda do Barroso, pelo Analista Ambiental Alison Thiago da Silva – MASP 1149078-6 IEF / Núcleo de Regularização Ambiental de Serro, propriedade do Espólio de Odilon de Moura Martins, tendo como responsável pela intervenção ambiental o Sr. Ingo Gustav Wender, onde teve como acompanhado o senhor Leonardo Augusto da Conceição, funcionário da empresa Manabi, sendo constatado que a propriedade apresenta topografia plana, suave ondulada a ondulada, o solo é caracterizado como latossolo vermelho-amarelo, com textura areno argilosa. Quanto aos recursos hídricos, no imóvel existem várias nascentes seguidas de seus respectivos córregos, 01 rio denominado Rio Preto, pertence à sub-bacia DO3 / Rio Santo Antônio, Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a vegetação é classificada como de transição entre dois Biomas ou fitofisionomias, a Floresta Estacional Semidecidual do Bioma Mata Atlântica em estágio inicial, médio e avançado de regeneração, Campo / Cerrado e Campo Rupestre (Ecótonos), caracterizado por espécies como: são José, vinhático, pindaíba, candeia, murici, braúna, embaúba, quaresmeira, sucupira branca, carvalho, ingá, angico, pau d'óleo, canafistula, jacaré, jacarandá, uruvalheira, mamica de porca, camboatã, pau doce, marmelada, fruta de macaco, goiabeira, louveira, timbó, grão de porco, pau ferro, leiteira, peroba, unha de vaca, etc. Na vistoria não foi encontrado nenhuma espécie animal, mas por informações do proprietário existem: coelho, jacu, inhambu, cobra, paca, tatu, porco do mato, seriema e pássaros em geral. A propriedade tem uma área total de 466:20:00 ha, já possui uma área de Reserva Legal averbada de 96:00:00 ha, equivalente a 20,59 % da área total da propriedade, superior aos 20 % exigidos pela Legislação Florestal, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, a área é representativa da tipologia predominante na propriedade, as áreas de Reserva Legal e áreas de Preservação Permanente se encontram bem preservadas, tendo uma área de preservação permanente de aproximadamente 80:46:00 ha, sendo em 05:00:00 ha ocupadas por pastagem brachiária e nativa bem formada e estradas internas, durante a vistoria "in loco" foi verificado a existência de uma área de remanescente florestal sem exploração econômica equivalente a 68,62 % do imóvel, sendo o restante 31,38 % já ocupados com áreas de pastagens, estradas internas e benfeitorias. Consultando o inventário florestal do Estado de Minas Gerais, vê-se que o município de Morro do Pilar tem um percentual de Cobertura Vegetal Nativa de 45,25 %, Reflorestamento 0,020 % e Outros 54,72 %. As áreas requeridas para exploração florestal, apresentam topografia plana a suave ondulada, com tipologia caracterizada em formação de Floresta Estacional Semidecidual do Bioma Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração, áreas de pastos sujos, estradas, áreas alteradas, áreas de Campo / Cerrado, sendo passível a exploração em uma área de 02:90:42 ha, através do corte raso com destoca, com finalidade da mesma para abertura de acessos e praças para realização de furos de sondagem (pesquisa minerária), visando a pesquisa da substância de minério de ferro, onde o material lenhoso proveniente da exploração será realizado na propriedade para ajudar na recomposição / recuperação das áreas onde houverem as intervenções, os furos locados poderão ter uma variação de até 50 metros. Deverá proceder a exploração em áreas alteradas, com a presença de pastagens, estágio inicial de regeneração, áreas de Campo / Cerrado, evitar desmates desnecessários, não fica autorizado à intervenção em área de Floresta Estacional Semidecidual do Bioma Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração e em área de preservação permanente. Ficam autorizados a abertura e melhoramento de acessos e praças para furos de sondagem (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11 ao 45), onde a praça 45 será relocada para um acesso existente estando localizada nas coordenadas Y: 7871346 e X: 675201. Não serão autorizados à abertura de acessos e praças para furos de sondagem (0, 8, 9, 10), por estarem localizados os acessos e as praças para furos de sondagem, em área com a presença de estágio médio e avançado de regeneração de Floresta Estacional Semidecidual do Bioma Mata Atlântica. Como medida compensatória será realizada a recuperação da área de preservação permanente de 06:41:40 ha, internamente na propriedade, equivalente a duas vezes da área solicitada para intervenção. O responsável pela intervenção foi devidamente orientado sobre práticas de conservação do solo, mananciais d'água e a respeitar as áreas de Reserva Legal, preservação permanente, madeiras de Lei, frutíferas e as espécies imunes e restritas de corte, foi orientado ainda de como proceder à exploração e sobre a Legislação Florestal vigente. A exploração deverá seguir rigorosamente todas as orientações técnicas repassadas em vistoria e estar em conformidade com a mesma. Conforme o FCE e FOBI apresentados, o empreendimento é classificado como não passível de licenciamento, não estando sujeito à apresentação de Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF. O responsável solicitou o prazo de 24 meses para a realização do serviço, caso o seu pedido seja deferido pela comissão. Ficam ainda os responsáveis pelo empreendimento, a fazer o recolhimento da taxa florestal e reposição florestal nos termos da Lei, deverá ser cobrado os emolumentos correspondente a Portaria IEF 077/06, que trata da cobrança para intervenção minerária. Perante a Legislação, o requerente não fica desobrigado de requerer junto aos órgãos ambientais municipal, estadual e federal as demais

autorizações necessárias, caso haja intervenção em relação ao uso de recursos hídricos deverá solicitar autorização necessária junto a SUPRAM. Diante do exposto acima, em atendimento a Legislação Florestal vigente, o processo deverá ser encaminhado para parecer junto à Procuradoria da SUPRAM Jequitinhonha, para análise e emissão de parecer por se tratar de realização de furos de sondagem (pesquisa mineralária) e posteriormente à Comissão Paritária – COPA, para análise pela Comissão, das áreas passíveis de exploração e solicitadas pelo requerente. Segue em anexo, arquivo fotográfico.



14. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

  
Alison Thiago da Silva  
MASP 1149078-6  
GEOGRAFO - CREA 94088/D  
MASP 1149078-6 - SISEMA  
IEF CENTRO OPERACIONAL SERRO

15. DATA DA VISTORIA

Serro, 05 de Junho de 2012.

## ANEXO FOTOGRÁFICO

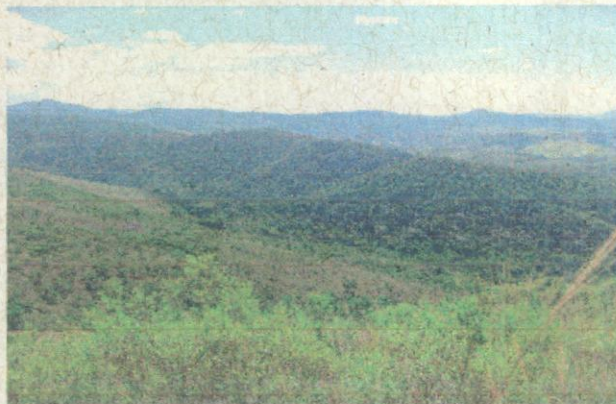


Foto 01 e 02 - Vista parcial da Área de Reserva Legal da propriedade.



Foto 03 e 04 - Vista parcial das áreas solicitada pelo responsável, para realização de furos de sondagem.



Foto 05 e 06 - Vista parcial das áreas solicitada pelo responsável, para realização de furos de sondagem.

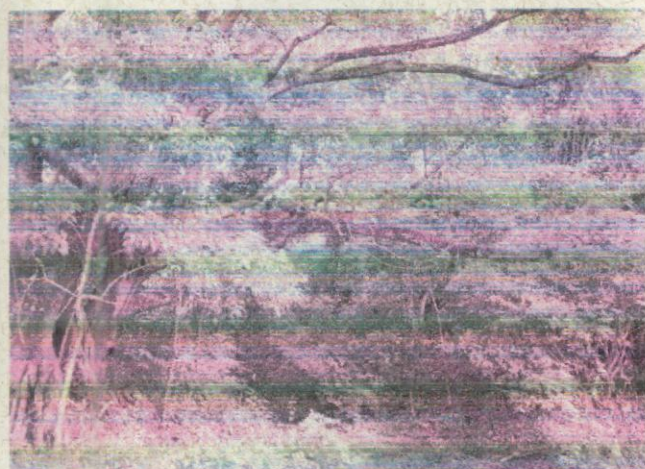


Foto 07 e 08 - Vista parcial das áreas solicitadas, que não são passíveis de autorização para realização de furos de sondagem.



Nota Jurídica Nº.: 489/2012

**EMENTA:** Dispõe sobre requerimento objetivando a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 03:20:70 na propriedade rural denominada “Fazenda do Barroso”, localizada na zona rural do município de Morro do Pilar/MG.

**Processo Administrativo Nº.: 14030000402/12**

**Requerente:** Ingo Gustav Wender

**Interessado:** Núcleo de Regularização Ambiental de Serro

Trata-se o expediente de requerimento protocolado pelo Sr. Ingo Gustav Wender, perante o Núcleo de Serro, **objetivando a concessão de documento autorizativo (DAIA) para a supressão de área equivalente à 03:20:70 na propriedade rural denominada “Fazenda do Barroso”,** localizada na zona rural do município de Morro do Pilar/MG., para o desempenho de pesquisa mineral/sondagem sem emprego de guia de utilização, em conformidade com as informações prestadas às folhas 02 e 05/07 dos autos.

Destaca-se que o material lenhoso oriundo da exploração será destinado ao uso na própria propriedade.

Eis o relato suficiente dos fatos, passando-se a opinar:

Cogente destacar, que a intervenção em florestas e demais formas de vegetação de espécie nativa, está intrinsecamente subordinada ao cumprimento de vários requisitos, impostos pela legislação ambiental como necessários ao deferimento da intervenção pleiteada, isto como forma de evitar a dilapidação e/ou a exploração desregrada do patrimônio florestal pátrio.

No mesmo viés, o Código Florestal Mineiro - Lei 14.309/2002 – visando regulamentar e/ou disciplinar as normas a serem respeitadas pelos particulares para a intervenção em floresta nativa, determina, em seu Artigo 35, *verbis*: que “ **O Estado, por meio do IEF ou COPAM, no âmbito de suas competências, autorizará ou licenciará as atividades previstas nestas lei e fiscalizará sua aplicação, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis** ”.

Esclarece-se, em consonância com as alterações introduzidas pela Portaria IEF Nº.: 02/2009 – Art. 5º e 6º - que a comprovação de consentimento para intervir em vegetação nativa ocorre através da apresentação do DAIA, concedido em casos de autorizações NÃO integradas a processos de licenciamento ambiental ou, mediante apresentação do certificado de licença ambiental, outorgado em casos de autorizações integradas a processos de licenciamento.

r



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM JEQUITINHONHA**

Malgrado as alterações substanciais trazidas pela Portaria IEF Nº.: 02/2009, todas as demais disposições concernentes à obtenção de autorização para intervenção em vegetação nativa, contidas na Portaria IEF Nº.: 191/2005, permaneceram inalteradas, sobretudo no que diz respeito à formalização do processo objetivando a autorização.

O Art. 9º da Portaria IEF Nº.: 191/2005, devidamente alterado pela Portaria IEF Nº.: 40/2007, estabelece os documentos necessários à obtenção de autorização para intervenção ambiental.

Conforme se extrai do arcabouço legal supramencionado, o primeiro requisito necessário à formalização do processo objetivando intervenção em vegetação nativa é a **apresentação de documento comprobatório de propriedade ou posse da área objeto de intervenção**, representado, no mais das vezes, pela Certidão atualizada **do Registro** do Imóvel, emitida pelo Cartório competente, à margem do qual se cumprirá outro importante requisito ao deferimento do pleito interventivo, qual seja: **averbação de área de reserva legal não inferior à 20 % da área total da propriedade**.

Observa-se que o requerente instruiu o processo com os documentos necessários à análise do pleito interventivo, iniciando a instrução pela juntada, às fls. 15/18 dos autos, de Certidão Atualizada do Cartório de Registro de Imóveis de Conceição do Mato Dentro/MG, da qual se extrai que o imóvel de área correspondente à 466,20 ha, objeto de intervenção, encontra-se realmente matriculado sob o Nº 5.733, a qual as proprietárias Sra. Juliana Couto Martins e Daniela Couto Martins, **autorizaram o requerente a exercer atividade de pesquisa de minério de ferro no imóvel objeto de intervenção (fls. 20)**.

Verifica-se ainda na citada Certidão, o atendimento ao segundo requisito necessário ao deferimento do pleito interventivo, qual seja: averbação de área de reserva legal não inferior ao mínimo legal, no importe de 96,00 ha (AV 06-5733).

Também é possível detectar a juntada dos seguintes documentos, visando a devida instrução do processo:

- 1) Documentos que identifiquem o requerente (fls. 12/14);
- 2) Termo de Compromisso a que se refere o Anexo IV da citada Portaria 191/2005 (fl.87);
- 3) Memorial descritivo da área total do imóvel (fls. 35-37);
- 4) Planta planimétrica (fls. 33); com a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (fls. 38).

Jungidos ainda aos autos, temos o Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI (fls. 03); Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCE (fls. 05-07); Plano de Utilização Pretendida; Medidas Mitigadoras e Inventário Fitosociológico da área a ser suprimida (fls. 40/86), devido à intervenção ocorrer em área do Bioma Mata Atlântica, estágio inicial de regeneração, conforme descrevem os itens 7.1 e 7.2 do Parecer Técnico de fls. 91-93, além da autorização do detalhamento de jazida para formação de projeto técnico minerário, referente ao DNPM nº. 830.990/2005– fls. 104/105.

Cogente destacar que florestas e demais formas de vegetação inseridas no bioma mata atlântica, qualquer tipo de intervenção neste bioma só poderá ocorrer nos casos em que a vegetação encontrar-se em **ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO, não sendo a recíproca verdadeira para os casos em que a vegetação encontrar-se em estágio médio e/ou avançados, onde, frisa-se, a intervenção é terminantemente proibida, salvo as raríssimas exceções trazidas pela própria legislação**.

Nestes termos, eis a voz da legislação aplicável à espécie:

**Lei 11.428/2006**





**Art. 14.** A supressão de vegetação primária e secundária no estágio **avanzado** de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de **utilidade pública**, sendo que a vegetação secundária em estágio **médico** de regeneração poderá ser suprimida nos casos de **utilidade pública e interesse social**, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

**Art. 25-** O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em **estágio inicial** de regeneração do Bioma Mata Atlântica **serão autorizados pelo órgão estadual competente**.

DN COPAM N.º.: 73/2004

**Art. 4º** - Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avanzado e médio de regeneração da Mata Atlântica, em áreas rurais e urbanas.

**Art. 8º** - No estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica **SERÃO PERMITIDOS** o corte, a exploração, a supressão de vegetação, a implantação de sistemas agroflorestais e o uso de plantios de enriquecimento, **mediante autorização do IEF**.

No caso dos autos, averigua-se que a intervenção pleiteada pelo requerente, ocorrerá no Bioma Mata Atlântica, em seu estágio inicial de regeneração, sendo possível a intervenção, consoante os dispositivos legais acima citados.

Finalmente, quanto à **obrigatoriedade** de análise dos estudos ambientais apresentados pelo requerente, é possível constatar, junto ao PU de fls. 91-93, posicionamento favorável a intervenção pleiteada, **PORÉM PARA UMA ÁREA DE 02:90:42** há, nos seguintes termos:

*“ As áreas requeridas para exploração florestal, apresentam topografia plana a suave ondulada, com tipologia caracterizada em formação de Floresta Estacional Semidecidual do Bioma Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração, áreas de pastos sujos, estradas, áreas alteradas, áreas de Campo/Cerrado, sendo passível a exploração em uma área de 02:90:42 ha, através do corte raso com destoca, com finalidade da mesma para abertura de acessos e praças para realização de furos de sondagem (pesquisa mineraria), visando a pesquisa da substância de minério de ferro(...)”*

Quanto à obrigatoriedade de pagamento da taxa florestal, instituída pelo Art. 59, §§ 1º e 2º da Lei Estadual 4.747/68, bem como pelo Art. 35 da Portaria IEF N.º 191/2005, a ser calculada sobre o aproveitamento lenhoso oriundo da exploração, neste caso: 30,00m<sup>3</sup> de lenha nativa, **não se observa a juntada da referida taxa, ficando, desde já, condicionada a provável entrega do documento autorizativo (DAIA) ao pagamento e conseqüente juntada da referida taxa.**



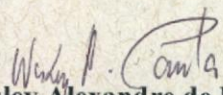
**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM JEQUITINHONHA**

Dessa forma, considerando a existência de parecer técnico opinando pela plausibilidade da intervenção e considerando ainda o atendimento aos dispositivos legais vigentes, **MANIFESTA** esta Diretoria de Controle Processual, em consonância com o disposto no Decreto nº. 45.968/12, posicionamento **FAVORÁVEL** à submissão dos autos em análise à deliberação da Comissão Paritária – COPA, para a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de em relação aos pedidos de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de **02:90:42** ha.

Caso a supressão seja deferida pela COPA, o documento autorizativo somente deverá ser emitido mediante a :

- 1- **Juntada do comprovante de pagamento da taxa florestal, em conformidade com o Art. 35 da Portaria IEF Nº.: 191/2005;**
- 2- **Comprovação do pagamento da taxa de reposição florestal em consonância com a Resolução IEF Nº. 002 de 21 de Dezembro de 1992, bem como Portaria IEF Nº.: 31 de 08 de Abril de 1996;**
- 3- **Comprovação do pagamento dos emolumentos previstos na Portaria IEF nº.77/2006.**

É o parecer, sob censura e s.m.j.

  
**Wesley Alexandre de Paula**  
Diretoria de Controle Processual  
Masp. 1107056-2 - OAB/MG 84.611